

O emergir das associações industriais no Porto (meados do século XIX)**

Os primeiros tempos liberais, favoráveis ao dogma da livre circulação, revelaram que alguns interesses propriamente industriais saíram, de imediato, prejudicados na nova ordem político-económica. A «revolta dos marceneiros» de 25 de Abril de 1836, por exemplo, é um sintoma desse mal-estar, com os marceneiros do Porto a destruírem no cais de Massarelos mobílias inglesas importadas. Se a rebelião não podia constituir um caminho, havia que organizar autonomamente os interesses industriais, de forma a permitir, pelo menos, o direito constitucional de representação, além de outras vantagens que o associativismo faria frutificar. Para isso era preciso destacar estes interesses específicos do centro de representação que então conglomerava todos os interesses económicos: a Associação Comercial do Porto. Não foi tarefa fácil, tanto mais que entre os próprios industriais se apresentavam algumas clivagens não desprezíveis: para além dos «pequenos» e «grandes», definidos pelo volume das unidades fabris e da produção respectiva, havia os que se apresentavam com um estrutura produtiva tradicional, ainda muito baseada no *putting-out system*, mais identificados com a noção corrente de *negociante* e predominando no sector têxtil, e havia os que estavam ligados a indústrias carecentes de mais urgente modernização ao nível do maquinismo e que por isso faziam a apologia da investigação e do ensino técnico como meios para criarem inovação e qualidade e deste modo fazerem frente à concorrência, como era o caso dos ligados às fundições e, em menor grau, à cerâmica e outros pequenos sectores. Para além disso, havia que contar com a poderosa reacção da Associação Comercial do Porto e a sua enorme influência junto do poder político, que tudo faria para evitar a diminuição da sua representatividade. É, pois, num quadro

* Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

** Trabalho desenvolvido no âmbito do projecto «Estruturas sócio-económicas e industrialização no Norte de Portugal (séculos XIX e XX)», patrocinado pela JNICT.

de grande conflitualidade que se organiza a representação dos interesses industriais no Porto, constituindo o presente texto uma narrativa desse processo.

1. A REPRESENTAÇÃO DOS INTERESSES ECONÓMICOS NA INSTAURAÇÃO DO LIBERALISMO

Estruturar os centros de representação dos interesses económicos foi, pois, uma preocupação dos primeiros tempos liberais. O quadro normativo surge de imediato, com a aprovação, em 18 de Setembro de 1833, do Código Comercial produzido por Ferreira Borges, que aponta para a existência das praças de comércio, enquanto «local e reunião» dos comerciantes, que permitiriam o desenvolvimento das mais variadas operações comerciais. A novidade era aqui de pequena monta, pois já anteriormente poderia estabelecer-se «praça de comércio» em qualquer terra do país desde que vinte negociantes se associassem localmente para o efeito, mas passava agora a existir um quadro normativo-jurídico minucioso que chegava ao ponto de criar um foro próprio com o Tribunal do Comércio. Havia, no entanto, algumas disposições que apontavam para uma identificação dos interesses fabris (o conceito de *industrial* era ainda ambíguo) com os interesses comerciais, numa globalização que o desenvolvimento da especialização económica viria, em breve, a pôr em causa. Para já, o Código reconhecia que os «empresarios de fabricas gozam dos privilegios dos commerciantes em quanto respeita á direcção dellas, e venda dos artigos fabricados» (I, art. XXIV). E postulava que «commerciantes é voz generica, que comprehende os banqueiros, os seguradores, os negociantes de comissão, os mercadores de grosso e retalho, e os fabricantes ou empresarios de fabricas na accepção dada» (I, art. XXV).

Entretanto, todos os outros mecanismos tradicionais de articulação dos interesses económicos com o poder político eram abolidos. Assim, invocando os «estorvos á industria nacional, que para medrar muito carece da liberdade, que a desenvolva, e da protecção, que a defenda», eram extintos a 7 de Maio de 1834 os lugares de juiz e procurador do povo, os mesteres, a Casa dos Vinte e Quatro e os grémios dos diferentes ofícios. E a 30 de Junho dava-se como extinta a «Real juncta do commercio, agricultura, fabricas, e navegação d'estes reinos, e seus domínios», já esvaziada dos poderes fundamentais (jurisdicional, administrativo e fiscal), distribuindo-se os remanescentes por diversos serviços do Estado.

O campo propriamente industrial passava, assim, a estar de facto adstrito aos interesses comerciais, tanto mais que, na sequência das atribuições de supremo magistrado do Comércio, para que fora imediatamente nomeado, Ferreira Borges promoveu pessoalmente a organização da praça portuense, convocando as reuniões necessárias para a implementação da Associação Comercial do Porto, de forma que constituísse a «organização de um corpo mercantil, centro de uma Assembleia Geral da qual saíssem as representações

e informações»¹. A solução deu, no curto prazo, mostras de algum dinamismo, funcionando a Associação como plataforma de combinação de interesses conducente a novas iniciativas sob a forma de companhias, ou seja, sociedades por acções. Assim, das reuniões da Associação emergem de imediato uma companhia de seguros, a Segurança, um banco, o Banco Comercial, uma tipografia, a Tipografia Comercial², bem como a Associação de Indústria Fabril Portuense, esta destinada à manufactura de toda a obra de ferro e criada para comprar e desenvolver a Fábrica de Crestuma, antes pertencente à Companhia dos Vinhos, que agora estava em dissolução. Esta movimentação, que ocorreu em torno de um grupo relativamente restrito de grandes negociantes, acabou por concentrar nas mãos de uns poucos as principais iniciativas económicas, configurando-se deste modo um grupo oligárquico cujos interesses eram defendidos através da Associação Comercial do Porto, sobrelevando a preocupação específica dos vários ramos económicos.

2. MOVIMENTO PARA UMA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL

No reconhecimento de que a nova articulação sócio-política não dispensa a organização de grupos de pressão, rapidamente emerge do lado industrial a necessidade de organizar o seu próprio espaço reivindicativo, uma vez que era o sector manufactureiro e officinal aquele que mais sentia a perda das organizações de tipo corporativo. Tanto mais que agora a interacção partidária se fazia sentir e a Associação Comercial do Porto depressa se revelou como um bastião cartista no Norte de Portugal. Os setembristas senti-lo-ão claramente e incentivam a proliferação associativa, através da portaria de Passos Manuel de 23-9-1836, invocando a necessidade de promover «por todos os modos possíveis, a Indústria Nacional, e abrir todas as fontes da publica prosperidade, e conhecendo que o meio mais facil de conseguir tão desejado fim, é a formação de Associações especiais de Agricultores, Comerciantes, e Fabricantes, que, pela reunião de seus recursos intellectuais e pecuniarios, possam dar nova força e vigor aos diversos ramos da nossa Industria». É nesta linha que surge no Porto, em 1838, um movimento que publica os estatutos da Associação Artista e Industrial da Cidade do Porto, que se propunha reunir todos os fabricantes, manufactores e artistas residentes no distrito, desde que tivessem estabelecimento fabril. Podiam ainda ser sócios, para além dos proprietários de fábricas, os mestres das diferentes artes e officios, os directores, guarda-livros ou administradores desse tipo de estabelecimentos. Como finalidade, a nova associação propunha-se promover o «adiantamento, e aperfeiçoamento da Indústria,

¹ Transcrição in José Henrique Rodrigues Dias, *José Ferreira Borges — Política e Economia*, Lisboa, INIC, 1988, p. 190.

² Donde saíram publicações como o *Eco dos Comerciantes*, os *Anúncios da Typographia Comercial Portuense*, *O Aviso Mercantil*, *O Commercio*, dando depois origem à Tipografia do Comércio, constituída, para publicar *O Comércio do Porto*.

e Artes, a introdução de machinas, o ensino da Mecanica, e Chymica aplicada ás Artes, o estabelecimento de Bancos de economia, estabelecimentos de beneficencia, e tudo o mais que possa concorrer para o seu progresso, prosperidade, e promovendo seus interesses, requerendo e representando aos Poderes do estado tudo quanto for conveniente, dando por esta forma direcção aos trabalhos da Industria, donde provem a maior, e mais solida riqueza das Nações». E, para que não houvesse dúvida das conotações políticas, estatuiu-se que a assembleia geral se reuniria todos os anos a 10 de Janeiro, aniversário do acto de promulgação da Pauta Geral das Alfândegas do Reino, recitando-se uma «oração analogá a este objecto».

O proteccionismo, política e publicamente conotado com o setembrismo³, surgia como *leit-motiv* do associativismo industrial. Pouco antes da revolução de Setembro, a 22 de Agosto de 1836, houve mesmo uma movimentação de fabricantes do Porto que solicitavam a aceleração do processo pautal numa representação assinada por 220 fabricantes e mestres de tecidos e outros sectores, invocando como sinal de pressão ocuparem 6085 pessoas, perante as objecções daqueles que pretendiam dilatar a entrada em vigor das taxas, como era o caso dos interesses ligados ao vinho do Porto⁴. Movimento idêntico de representação seguiu-se em Lisboa⁵. Não admira, assim, que os fabricantes ficassem gratos aos meios setembristas por ousarem a publicação da pauta, já pronta, mas cuja aplicação ia sendo dilatada.

A evolução política, porém, não foi favorável ao movimento associativo. Não sabemos se o projecto de criação da Associação Artista e Industrial estava em condições em 1838 de ser logo submetido à aprovação régia, embora tudo indique que sim; mas seguramente foi apresentado em 1842, conforme se prova por requerimento do procurador da Associação em Lisboa, Caetano Xavier de Sousa:

Dizem os Artistas da Cidade do Porto que no mez de Setembro do anno de 1842, requererão a V. Mag.te a Graça da confirmação de seus Estatutos, para melhor augmentarem o progreço de suas Artes, em beneficio do Paiz, e tendo decorrido dois annos, não tem havido rezolução a seu justo requerimento, quando outros em idênticas circunstancias tem sido mais felizes, tendo havido deferimento, he por isso que P. a V. Magestade a Graça da aprovação de seus Estatutos, para o fim exposto⁶.

O ambiente cabralista dominante não foi favorável a uma pretensão que viria diminuir a representatividade da Associação Comercial do Porto. «Ra-

³ Ainda que isso possa representar o aproveitamento de projectos cartistas, conforme mostra Maria de Fátima Bonifácio, *Seis Estudos sobre o Liberalismo Português*, Lisboa, Estampa, 1991.

⁴ «Representação», in *Noticiador Commercial Portuense*, n.º 12, 4-10-1836.

⁵ «Carta de um fabricante», in *Noticiador Commercial Portuense*, n.º 22, 13-12-1836.

⁶ Arquivo do MOP, *Documentação relativa à AIP*.

zões houve que moveram ao Governo a sobre-estar n'aquela aprovação», diz-se em memorando posterior, elaborado por funcionário do Ministério, pelo que os industriais do Porto em 1845 decidem voltar à carga. Apresentam de novo (29-11-1845) os estatutos anteriores com ligeiras modificações. Assim, entre outras alterações, a Associação passava a ser a reunião dos manufactores, fabricantes e artistas residentes em Portugal, alargando deste modo o seu âmbito geográfico. As finalidades tornavam-se mais discretas, repetindo as prescrições anteriores, mas abandonando a retórica do requerer e representar... e o eco smithiano de considerar a indústria a maior e a mais sólida riqueza das nações. A assembleia geral continuava marcada para 10 de Janeiro, abandonando-se, porém, a evocação da efeméride pautal. Novidade: o aditamento de um capítulo sobre prémios e exposições a organizar posteriormente, em que poderiam ser admitidos produtos nacionais, «todos aqueles que tiverem sido fabricados no Reino». Quem assinava? Manuel Joaquim Machado, Bernardo Ribeiro de Carvalho, José Ribeiro de Carvalho, Cipriano José Correia, Clemente Ribeiro de Carvalho, Raimundo Joaquim Martins, António Joaquim Martins, todos conhecidos industriais têxteis do Porto, eram os primeiros de uma lista de 22 assinaturas dos estatutos, aos quais se juntaram depois mais alguns industriais para o efeito de requerimento de aprovação.

**Subscritores dos estatutos e/ou requerimento de aprovação dos estatutos
da Associação Artista e Industrial da Cidade do Porto
e respectivos ramos industriais — 1845**

Alexandre José de Sousa — <i>tecidos</i>	Alexandre José Garcia — <i>tecidos</i>
António Coelho de Sousa — <i>tecidos</i>	António Coelho Moreira — <i>tecidos</i>
António Joaquim Martins — <i>tecidos de seda</i>	António Luís da Costa Pereira — <i>tecidos</i>
Bernardo Ribeiro de Carvalho — <i>tecidos</i>	Cipriano José Correia — <i>tecidos</i>
Clemente Ribeiro de Carvalho — <i>tecidos</i>	Domingos Gonçalves Carneiro — <i>tecidos de seda</i>
Francisco António Vidal — <i>tecidos</i>	Francisco Inácio P. Rubião — <i>bacharel</i>
Francisco Jorge Marques Mata — <i>tecidos</i>	Jacinto Joaquim Guimarães — <i>tecidos</i>
Jacinto José Lopes — <i>tecidos</i>	Januário Raimundo — <i>tecidos</i>
João Baptista Balha — <i>tecidos</i>	João Pinto — <i>tecidos</i>
João Ribeiro Caldas — <i>tecidos</i>	Joaquim António da Silva — <i>tecidos</i>
José Barbosa — <i>tecidos</i>	Joaquim Lima Ramos — ?
José Bernardo de Sousa — <i>tecidos</i>	José Duarte Reis — <i>tecidos</i>
José Gonçalves da Rocha Prata Jr. — <i>tecidos</i>	José Joaquim Guimarães Júnior — <i>tecidos</i>
José Ribeiro de Carvalho — <i>tecidos</i>	José de Araújo Pimenta Jr. — <i>tecidos</i>
Manuel Custódio Moreira — <i>tecidos de seda</i>	Manuel Joaquim Machado — <i>tecidos</i>
Raimundo Joaquim Martins — <i>tecidos</i>	Tomás Teixeira Nunes — <i>tecidos de seda</i>
Vicente de Sousa Dias — <i>tecidos</i>	

Como se depreende do quadro junto, este movimento associativo era exclusivamente uma atitude dos industriais de tecidos de seda e algodão, então os mais numerosos da cidade e com estruturas empresariais de tipo

manufatura (embora haja alguma mecanização), concentrando já volumes substanciais de mão-de-obra, surgindo situações de várias centenas de trabalhadores. Não admira que o processo de identidade industrial tenha emergido inicialmente neste sector, dado que nos outros ramos ainda predominavam as estruturas de tipo officinal. De notar a inclusão de um bacharel, conhecido também como industrialista e mentor de várias iniciativas de tipo accionista, o Dr. Inácio P. Rubião, que em 1836 ajudara a organizar o projecto atrás referido da Associação Industrial Fabril Portuense, com o objectivo essencial de animar por essa via de agregação de capitais a fundição de Crestuma, estabelecimento que fora da Companhia dos Vinhos do Alto Douro e era apontado como exemplar. Apesar de o nome da Associação e os respectivos estatutos a configurarem como «a reunião de todos os manufactureiros, fabricantes e artistas», as assinaturas de 1845 referem-se exclusivamente a proprietários de fábricas, não incluindo artistas.

Ainda não foi desta, contudo, que a dita aprovação foi conseguida, o que revela a dificuldade de influência política dos industriais na situação cabralista e a mais que provável pressão derivada da Associação Comercial.

Só em 29 de Setembro de 1846, com Cabral fora do poder, na sequência da Maria da Fonte e da Patuleia, a aprovação ministerial se verifica pelo punho do duque de Palmela, então num governo de pacificação, que foi logo apeado. E, embora a 12 de Outubro o procurador da Associação pagasse 25\$000 réis de direitos de mercê, nunca mais se lhe passou alvará ou publicou o respectivo decreto. A documentação posterior documenta a busca incessante pelo alvará ou pela restituição do dinheiro, numa tentativa para fazer funcionar a aprovação. Justifica o memorando: «Sobrevieram os últimos acontecimentos políticos, pelos quaes ficou sustado este negócio.»

3. NOVO ALENTO: O EMERGIR DAS DUAS ASSOCIAÇÕES

Nos inícios de 1849 ocorria, fundamentalmente nas cidades de Lisboa e Porto, uma nova campanha proteccionista desencadeada desde Janeiro, em guerra a posições parlamentares claramente livre-cambistas, onde o deputado Afonseca teria dito «que isto de fábricas em Portugal era uma historia, e que aquillo, que se diz nellas feito, ou é contrabando, ou não tem geito, havendo mais valor em dous navios carregados de vinho do Douro, do que nas fabricas portuguezas todas juntas»⁷. Afirmações que serviram de *leit-motiv* a uma vigorosa campanha na imprensa entre livre-cambistas e proteccionistas, com o jornal *A Revolução de Setembro* a documentá-lo e a assumir-se como porta-voz dos interesses industriais, solicitando reclamações e representações

a favor da ideia proteccionista, numa campanha de «resistência legal». Movimento que culmina na criação da Liga Promotora dos Interesses Industriais (10-3-1849), com o governo a recusar-lhe a aprovação dos estatutos e, por via disso, a proibi-la dez dias depois.

A agitação provocada fez renascer as reuniões de industriais e foi propícia à movimentação e discussão associativa. Por essa altura uma comissão de artistas e industriais do Porto, eleitos em anterior assembleia, apresentava uma nova proposta de estatutos em reunião de 3 de Maio de 1849: era constituída por João Aranha, gravante e dourador, que presidia, tendo como secretário e relator José Vitorino Damásio, então a tentar a sorte de industrial na Fundação do Bolhão e lente prestigiado na Escola Politécnica do Porto, para além dos já conhecidos industriais têxteis Manuel Joaquim Machado e Raimundo Joaquim Martins. Confluíam, portanto, neste novo projecto os vários ramos industriais, unindo e reformulando as velhas aspirações associativas dos industriais têxteis aos novos industriais (caso das fundições) e aos velhos artistas (caso dos ourives e gravadores, entre outros). No essencial, recuperava-se o essencial do clausulado estatutário anterior, mas fazia-se a proposta de uma forma mais moderada, tendo-se o cuidado de assegurar em relatório prévio as puras intenções associativas e o afastamento de eventuais distorções políticas. Dando eco às críticas que vinham do lado livre-cambista, punha-se agora a tónica na criação de condições de acompanhamento da técnica industrial, através da criação de uma biblioteca e um gabinete de leitura e, sobretudo, de uma escola com aulas de desenho industrial e tecnologia, além da introdução do auxílio mútuo para melhoria da condição operária. Propugna-se nomeadamente por objectivos como «educar e instruir as classes laboriosas, já ensinando-lhes a prezar o trabalho, e a praticar a virtude, já fazendo-as conhecedoras de quanto pode aperfeiçoar a indústria, que só a ignorância conserva em atraso»⁸. A reivindicação proteccionista perde importância neste discurso associativo, acentuando-se a necessidade da qualidade, como forma de enfrentar a concorrência, e do ensino técnico, como a base da sua promoção: «O desenvolvimento rápido e progressivo, que a indústria estrangeira apresenta diariamente, não pode ser por nós acompanhado sem que se generalizem neste país as descobertas, que a imprensa das nações mais civilizadas vai publicando de contínuo», diz-se no relatório de 1849, ou então mais claramente no discurso da inauguração já em 1852: «Como evitar esta imensa concorrência de produtos estrangeiros? Pedir ao governo uma imposição de tributos sobre elles, que equivallesse a uma proibição? Não: isto seria auxiliar o contrabando, o tesouro perderia muito [...] Impossível, se como até ao presente, continuarmos essa rotina

⁸ «Relatório», in *Jornal da Associação Industrial Portuense*, n.º 1, 15-8-1852, p. 1.

estéril, seguida nos nossos trabalhos»⁹. Produz-se claramente um discurso com preocupações de melhoramentos técnicos e sociais, a que não é estranha a colaboração que ao movimento emprestam alguns lentes da Academia Politécnica (Damásio, Parada Leitão, Luís Soares, Amorim Viana, Sebastião Betâmio de Almeida, sendo que os primeiros animaram em 1845-1846 o efémero jornal de divulgação tecnológica *O Industrial Portuense* e eram conhecidos por defenderem ideias de cariz associacionista e saint-simonianas ou mesmo socialistas) e a adesão de muitos «artistas», ou seja, oficiais e mestres de oficinas.

Defendia-se e sublinhava-se a abertura a sócios de todas as cores políticas, pois «todo o indivíduo, que directa, ou indirectamente tiver interesse no desenvolvimento da industria portugueza pode ser membro d'esta Associação», aspecto que fez desembocar como sócios na Associação muitos indivíduos que nada tinham a ver com a indústria, alguns dos quais o fizeram na perspectiva do prestígio intelectual e político ou da benemerência, como foi o caso do conhecido conde de Ferreira, que fez doações para os primeiros gastos com a escola. Cerca de um ano após a sua institucionalização, em Junho de 1853, a Associação Industrial Portuense surgia com 608 sócios, dos quais apenas 36 (6%) eram fabricantes, incluindo 192 artistas (32%), 174 comerciantes (29%), 84 empregados públicos (14%), 48 ourives (8%), incluindo ainda proprietários e titulares (32), pessoas ligadas à medicina e química (30), agricultores (5), militares (7)¹⁰. Consideram-se mesmo o governador civil e os administradores de bairro, de nomeação governamental, como membros natos da Associação, na intenção de afastar assim a «ideia de partido», procurando evitar ligações à movimentação pautal de 1849 de conotações setembristas, tanto mais que Damásio tinha, entretanto, sido um dos chefes militares da Patuleia, um dos grandes operacionais.

Por estas razões, de resto, o posterior regresso em Junho de 1849 de Costa Cabral ao poder não augurava nada de bom para a nóvel Associação. Agora a entrega dos estatutos aprovados fica pendente no Ministério do Reino, à espera de um parecer do Governo Civil do Porto, que nunca mais chega, por razões «meramente políticas». Vão passar-se mais três anos, e só depois da participação decisiva de Damásio no golpe da regeneração¹¹ obterá a certeza da parte do duque de Saldanha de que a Associação seria finalmente aprovada. Mas não sem ainda decorrerem mais algumas cenas deste folhe-

⁹ «Acta da sessão da assembleia geral do dia 1 de Agosto de 1852», in *Jornal da A. I. P.*, n.º 1, de 15-8-1852, p. 4.

¹⁰ *Jornal da A. I. P.*, de 1-6-1853.

¹¹ Sobre a biografia de Damásio, cf. Jorge Fernandes Alves e José Luís Vilela, *José Vitorino Damásio e a Telegrafia Eléctrica em Portugal*, Lisboa, Portugal Telecom, 1995.

tim de intriga política. Quais? A Associação Comercial do Porto, depois de «representar» ainda ao poder a defender que ela é a verdadeira representante da indústria, acaba por fazer nascer do seu seio a denominada Associação Industrial do Porto, com sede no Palácio da Bolsa, através de um núcleo de industriais fundamentalmente têxteis que lhe eram afectos. Era este movimento presidido pelo visconde de Castro Silva e incluía o conhecido algodoeiro e publicista do proteccionismo António da Silva Pereira de Magalhães, que surgia como o verdadeiro mentor teórico e não podia deixar de reagir ao abandono da ideia proteccionista protagonizado pela A. I. Portuense por troca com preocupações sociais e técnicas, nem tão-pouco assumir como representante dos interesses industriais uma associação onde, afinal, os proprietários de fábricas se diluíam entre os «artistas» e outros sectores profissionais com poucas afinidades. Para efeitos de legitimação conseguiram recuperar a adesão dos conhecidos Manuel Joaquim Machado e Raimundo Joaquim Martins, industriais que vinham desde a Associação Artista e Industrial e que também assinaram o projecto da Portuense, tal como Clemente Ribeiro de Carvalho. Apresentam, assim, ao governo estatutos próprios, com os quais a autoridade procura obstaculizar a aprovação dos estatutos da Associação Industrial Portuense.

E que dizem estes estatutos? Mostram-se mais classistas, pois a Associação Industrial do Porto surgia como a organização de «todos os proprietários, directores, accionistas ou sócios de estabelecimentos fabris», excluindo, portanto, os artistas e operários, que podiam inscrever-se na Associação Industrial Portuense. Recuperava a velha ideia de convocar a assembleia geral para o dia 10 de Janeiro, «aniversario em que S. M. a Rainha promulgou as pautas geraes das alfandegas». Tinha como finalidade reunir os interessados nos estabelecimentos fabris num centro «que indague as suas necessidades, que concilie e promova os seus interesses particulares e geraes e faça desenvolver o augmento d'este ramo da riqueza nacional». Finalmente, considerava-se «o órgão privativo da Corporação Industrial da mesma cidade». Para enquadrar o surgimento da Associação, o visconde de Castro Silva surgia nos jornais com um longo discurso sobre o proteccionismo. Este factor era, pois, determinante: a Associação Industrial do Porto centrava as suas preocupações na defesa pautal, deixando de lado as da dignificação do trabalho, pois no sector têxtil a desqualificação profissional era grande, sobretudo depois que as mulheres entraram massivamente nas fábricas (facto que no Porto, segundo os inquéritos industriais, ocorre fundamentalmente entre 1845-1849); a Associação Industrial Portuense virava-se para a necessidade de desenvolver o ensino técnico e conferir dignidade ao trabalho, abordando problemas como a aprendizagem e a recuperação da natureza qualificada dos artistas, e avançava mesmo para a criação da escola, colocando como primeiro objectivo a formação de serralheiros, tão necessários à

instalação e manutenção das máquinas. Mais do que uma luta política, pois havia grandes afinidades partidárias entre os dois grupos de industriais, ambos de tendência setembrista/progressista, o que separava as águas eram fundamentalmente duas concepções sobre o tipo de indústria a desenvolver: uma apostando no crescimento extensivo e na exploração de uma mão-de-obra barata, sustentada pelas protecções pautais (A. I. Porto); a outra defendendo a conciliação das práticas artísticas tradicionais com o aprofundamento técnico-científico como forma de acompanhar o progresso.

Não admira, assim, que, além de muitos «artistas», os responsáveis das fundições estivessem em peso na A. I. Portuense. O primeiro presidente indigitado fora mesmo José Correia de Faria, político progressista e proprietário da Fundação do Rosário, onde se instalara a primeira fábrica a vapor no Porto, em 1845, cuja montagem foi da responsabilidade de José Vitorino Damásio. J. Correia de Faria faleceu em 7-8-1852, pouco antes da instalação da Associação, e a presidência veio a ser preenchida por Faria Guimarães, proprietário da Fundação do Bolhão e sócio do principal animador da Associação, José Vitorino Damásio.

Uma evidência desta clivagem industrial é ainda visível nas manifestações de saudação à rainha, de visita à cidade em Maio anterior, tendo-se deslocado ao beija-mão real duas representações industriais em separado, uma afecta à A. I. Porto e outra afecta à A. I. Portuense, sendo a primeira apresentada nos jornais como de industriais e a segunda como de «artistas», apesar de esta incluir também alguns industriais conhecidos, como Araújo Lima, de uma fábrica de cerâmica, e David Hargreaves, da Fundação do Bicalho, além do artista Francisco António Gallo¹².

Desta vez, porém, tais movimentações só conseguiram acentuar a divisão entre a classe industrial, não impedindo o reconhecimento das associações. José Vitorino Damásio, o grande responsável pelo sucesso militar da regeneração, jogará no reconhecimento da Associação Industrial Portuense todo o seu prestígio político, agora em fase ascendente e que o levará rapidamente para o pouco depois criado Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, onde veio a configurar-se como uma peça-chave através da sua participação no Conselho de Obras Públicas e em múltiplas missões para que é chamado. Mas para apressar o reconhecimento, face à cisão que lhe era demonstrada pelo governador civil e Ministério do Reino, não teve outro remédio senão aceitar a existência das duas associações, que, face aos estatutos, até nem eram incompatíveis, facto que procurou sublinhar:

Quando parti de Lisboa vinha inteiramente persuadido, que todas as dificuldades relativas á aprovação dos estatutos da Associação Industrial Portuense estavam removidas, e assim o comuniquei aos artistas, que

nisto tiveram o maior contentamento; falando porém com o snr. governador civil interino, como v. exc.^a me ordenou, soube delle, que haviam uns outros estatutos com data de 14 de Junho, feitos por uma associação de que é presidente o snr. visconde de Castro Silva, os quaes mais deficientes do que aquelles foram talvez apresentados só com o fim de suscitar novos embaraços á sua approvação: mas se assim não é, não julgo haver dúvida alguma na existência das duas associações, por isso que os fins a que ambas se dedicam são melhorar a classe industrial, ainda que os meios de que se servem sejam diferentes, por quanto uma confia todo o aperfeiçoamento da indústria e seu desenvolvimento à instrução e educação da classe industrial, em tanto que a outra, à semelhança da Associação comercial, cujos estatutos são imitação, parece organizada com o fim de levar à presença de S. M. representações que indicariam as necessidades da classe industrial¹³.

E as duas associações serão de facto reconhecidas, como forma de ultrapassar a questão, com uma animosidade clara entre as duas correntes e a existência de uma terceira via de industriais que faziam a ponte tanto entre as duas novas associações, sendo sócios de ambas, como com a poderosa Associação Comercial do Porto, terceira via essa que assentava em homens como Faria Guimarães ou o industrial de cerâmica Araújo Lima. Para estes a Associação Industrial Portuense era essencialmente de carácter filantrópico (eles propugnarão pela instalação da caixa de socorros mútuos), enquanto a A. I. do Porto seria a defensora dos interesses fabris, incluindo restritamente apenas proprietários de fábricas.

A Associação Industrial Portuense estabeleceu publicamente a sua instalação a 1 de Agosto de 1852, invocando para esse efeito a promessa de legalização, como forma de se antecipar à instalação da Associação Industrial do Porto, que o faz a 10 do mesmo mês. A Portuense surge, no entanto, nos tempos do arranque como praticamente esvaziada de industriais têxteis, que formavam a grande nebulosa industrial da cidade (em 21 elementos da primeira direcção só três eram fabricantes de tecidos, que remanesciam das movimentações dos anos 40, mas incluíam-se 12 «artistas»). E a sucessão de presidentes da direcção revela a falta de consistência empresarial, na medida em que a Faria Guimarães, industrial de fundição, setembrista e depois deputado regenerador, sucedem um médico (José Frutuoso Gouveia Osório), o fundador da Associação, ausente em Lisboa (José Vitorino Damásio), um político setembrista (José Passos), um político progressista e proprietário do Douro (António Bernardo Ferreira), numa tentativa para dignificar a presidência com nomes sonantes e influentes, mas quase sempre ausentes, en-

¹³ Carta de José Vitorino Damásio ao ministro do Reino de 23-7-1852 in *Jornal da A. I. P.*, n.º 2, 1-9-1852, pp. 17-18.

quanto o dia a dia associativo era assegurado por um vice-presidente «artista» (João Francisco Aranha, ourives gravador) ou pequeno industrial. Na A. I. Porto acontecia exactamente o contrário, os maiores industriais têxteis dominavam, revezando-se na presidência, conglomerando ainda na direcção alguns grandes negociantes da praça do Porto e membros da Associação Comercial, que tinham ou vieram a ter alguns interesses industriais através de participações accionistas em diversos empreendimentos.

4. A DILUIÇÃO ASSOCIATIVA

O que esta *petite histoire* nos revela é o campo de intriga política e de influência de grupos pressão já instalados de que, face às conotações políticas, os industriais do Porto são vítimas numa primeira fase. Ou seja, há uma organização representativa — a Associação Comercial do Porto-, conotada com o poder instalado, que não consente em ver diminuída a sua representatividade global (embora na acção concreta não revele grande apetência para apadrinhar os interesses especificamente industriais). Então, como que misteriosamente, os processos burocráticos para legitimar a representação associativa dos industriais, inicialmente do sector têxtil, não funcionam enquanto se faz sentir o poder cartista (com ou sem Costa Cabral).

A partir de 1849, e com a emergência dos industriais de tipo intelectual e «tecnologista», nomeadamente na área metalúrgica, o que se observa é a divisão no seio da própria classe industrial, a criar mais um pretexto para prolongar as dificuldades de reconhecimento oficial. Se o setembrismo e uma vaga ideia de apoio à indústria uniram nos primeiros tempos liberais os industriais e «artistas», depois, com a necessidade de implementação de «melhoramentos materiais» e a correspondente exigência de apetrechamento técnico e de regulamentação do trabalho, surgem as clivagens. Os industriais mais tradicionais, os de tipo «negociante», que associavam a sua produção a uma importante actividade comercial, assente numa estratégia de *putting-out* no sector têxtil e a objectivos de crescimento extensivo, baseados numa mão-de-obra numerosa e pouco qualificada, começam a ficar incomodados com o discurso inovador que chega via Escola Politécnica. Este discurso fazia o elogio da inovação tecnológica, apontava a necessidade de actualização pelos países estrangeiros mais desenvolvidos, defendia a qualidade como forma de fazer face à concorrência, encarava a utilização da máquina como meio de melhorar a condição operária, a instrução das classes industriais era vista como uma necessidade inadiável, preconizava-se a regulamentação do aprendizado, enfim, o mutualismo era encarado como uma via para minorar a degradação das classes industriais nos momentos difíceis. São estes princípios que vamos encontrar nos discursos e nos escritos derivados de sócios da Associação Industrial Portuense na sua fase de organização, nomeadamente através do seu

jornal (nos tempos iniciais, um verdadeiro continuador d'*O Industrial Portuense*), onde colaboram, para além de Damásio, homens como Parada Leitão, Sousa Brandão, Luís Soares e diversos outros lentes da Politécnica dos meados do século XIX. Textos onde há influências difusas de Proudhon e Saint Simon e o optimismo industrialista de Adam Smith e J. B. Say, além da divulgação tecnológica. São «cavalheiros, industriais e artistas» que, em obra associativa interclassista, avançam para lá do discurso e fazem obra¹⁴: criam imediatamente a primeira escola industrial portuguesa sob a direcção de José Vitorino Damásio, entretanto chamado ao Ministério das Obras Públicas, onde vai ser responsável pelo lançamento do ensino industrial (Instituto Industrial de Lisboa e Escola Industrial do Porto, que veio substituir a Escola Portuense, utilizando as respectivas instalações e ocupando quase todos os seus professores); organizam o referido periódico de divulgação tecnológica e associativa; criam uma caixa de socorros mútuos; promovem as primeiras exposições industriais no Porto (1857 e 1861); em suma, tentam conjugar o sentido da inovação tecnológica com a nostalgia dos grémios corporativos e da Casa dos Vinte e Quatro¹⁵, procurando outras soluções para a dignificação da classe operária.

Ultrapassados na afirmação dos seus interesses, os industriais têxteis resistem e criam a Associação Industrial do Porto, da qual só conhecemos representações para alterações pautais ou protestos por medidas consideradas de desprotecção¹⁶. No que se refere ao ensino, a sua posição era assumida publicamente pelo seu mentor ideológico, o conhecido industrial e vigoroso publicista António da Silva Pereira de Magalhães, para quem o ensino industrial em nada concorreria para o incremento industrial enquanto não houvesse outras condições, nomeadamente a realização de lucro, de forma a dar trabalho e sustento, a partir do qual viria a procura da instrução, num sofisma que fez «escola». Posição que será friamente colocada a propósito de um artigo de Andrade Corvo sobre o ensino industrial e o papel patriótico que a Associação Industrial Portuense teria tido nesse campo, referindo, no entanto e por lapso, a Associação Industrial do Porto:

Primeiro que tudo, a Associação Industrial do Porto não podia ser invocada senão por equívoco de nome: porque esta Associação nunca concorreu, nem podia concorrer, para a criação do ensino industrial, sem que primeiro se promovesse emprego a uma população imensa que por

¹⁴ Cf. Fernando de Sousa e Jorge Fernandes Alves, *A Associação Industrial Portuense — Para a História do Associativismo Empresarial* (entregue para publicação).

¹⁵ Cf. «Associação Industrial Portuense», in *A Voz do Operário*, n.ºs 6 e 7, de 1853.

¹⁶ Cf. «Representação que a Associação Industrial do Porto faz a S. M. a Rainha», in *Revista Universal Lisbonense*, 1852, p. 160; «Representação que a Associação Industrial do Porto dirigiu a S. M. a Rainha em 7-2-1853»; «Consulta da Junta Geral do Distrito do Porto», 1854, pp. 42-44; «Associação Industrial do Porto: representação aos Srs. Deputados da Nação Portuguesa», imp. 12-3-1856.

ahi vive a braços com a miseria (e não poucos da classe instruida) exprobrando a vergonha que nos cabe por não sabermos, ou não querer-mos aproveitar as vantagens que o solo, o clima e a posição geographica de Portugal offercem para o estabelecimento da maior parte das industrias do nosso consumo interno. Imenso pesar caberia á dita Associação, se tivesse comprehendido os interesses da sua patria de tal modo que viesse considerar as escolas industriaes como remedio aos males que soffremos; que pretendesse embellezar com figuras um templo, a que se não tivessem lançado ainda os fundamentos capitaes da planta.

A Associação Industrial Portuense, sim: creou uma escola, pelos esforços de particulares, promovidos e solicitados por alguns lentes da Polytechnica, que julgaram triumphar por este meio dos obstaculos que obstruem o caminho do progresso industrial. Chamaram, e cremos que com boas intenções, em seu auxilio milhares de indivíduos de todas as classes; — comerciantes, agricultores, fabricantes, scientificos, etc. etc. — e uns por condescendencia, outros por convicção, contribuíram para o estabelecimento da escola com dinheiro ou com valores. A maior parte porem, ou quasi todos, acham-se, segundo cremos, bem desenganados, se não arrependidos. Começaram, como é costume, com entusiasmo: mas este esfriou, gelou-se por falta de calor do exemplo. Ha tantos annos e ainda não consta que um só alumno se estabelecesse, nem que o movimento industrial soffresse o mais pequeno adiantamento ou beneficio. Se uma parte dos industriaes alli recebeu alguma instrucção aproveitou-a a propria sciencia; para a industria foi porem lixo inutil¹⁷.

Pereira de Magalhães traçava com precisão milimétrica as representações dominantes no sector industrial do Norte de Portugal, marcado por grande resistência ao capital humano, pelo fechamento de emprego aos teóricos, pelo entrincheiramento dos práticos que pretendiam conhecer melhor, pela rotina, os caminhos do lucro.

Durou cerca de cinco anos o combate dos intelectuais industrialistas dentro da Associação Industrial Portuense em prol de uma atitude filantrópica virada para o ensino e o auxilio mútuo. Com a ida de Damásio para a burocracia do Ministério das Obras Públicas, a animação «artística» esmorece, a escola oficial substitui a escola da Associação, recuperando e fortificando a «ideia», é certo, mas esvaziando o movimento colectivo. Intelectuais como Parada Leitão e Luís Soares começam a sentir mal-estar em reuniões onde surgem vozes a defenderem posições afins às da Associação Industrial do Porto e a acharem reduzida a participação dos grandes indus-

¹⁷ António da Silva Pereira de Magalhães, «A sciencia academica ou a falta de instrucção pratica, resposta aos artigos do sr. João de Andrade Corvo», in *O Protecconista e os Livre-Cambistas*, Porto, 1871,

triais, deslegitimando a tomada de posições. Com o afastamento da classe artística, a Associação Industrial Portuense passou a ser cada vez mais a associação dos industriais: assembleias que nos inícios tinham cerca de duas centenas de participantes na segunda metade da década já só têm algumas dezenas, mas entrando agora como associados alguns industriais que até então tinham apenas militado na A. I. Porto. Com efeito, a partir do êxito relativo da exposição industrial de 1857 e particularmente da realizada em 1861, reservadas ao produto nacional, dá-se a convergência, formam-se comissões conjuntas para elaborar representações sobre problemas pautais que passam depois a ser assinadas pela denominada Comissão Central da Indústria. Em 1860 já o jornal da Associação Industrial Portuense surgia expressamente como o porta-voz da A. I. Portuense, da A. I. Porto e da Comissão Central e tinha como patrono, que pagava as despesas de impressão, António da Silva Pereira de Magalhães, o qual fazia publicar artigos de defesa do proteccionismo, não perdendo tempo com as utopias tecnologistas.

A partir de 1865, as duas associações industriais desaparecem das vistas do público, sumidas na poeira levantada pela exposição internacional realizada pela Empresa do Palácio de Cristal, recém-construído, o que desanimou outros projectos colectivos: as exposições passavam agora a ser realizadas por uma instituição particular num empreendimento gigantesco que começou por assustar pela grandeza e depois pelo descalabro financeiro, o que só por si dissuadia novas aventuras. Mas, sobretudo, a exposição internacional veio evidenciar a *décalage* entre a qualidade da indústria estrangeira e a da indústria nacional, com a agravante de muitos expositores de produtos estrangeiros utilizarem o sofisma de afixarem nas etiquetas o preço original e o suplemento fiscal, exibindo desta forma os custos da «protecção» pautal, o que terá servido para desacreditar a indústria nacional junto do consumidor, facto de que se queixaram vários industriais portuenses. Os tempos eram agora favoráveis a um clima livre-cambista, e do espírito associativo só subsistiu a caixa de socorros da Associação Industrial Portuense, que, como alguém jocosamente afirmava, era o único suporte da Associação.

Entretanto, a Associação Comercial do Porto, com o majestoso Palácio da Bolsa a explicitar fisicamente o seu poder de influência, surge de novo como o organismo representante de todos os interesses económicos, tanto mais que, simbolicamente, em 1869 sobe a presidente da direcção Joaquim Ribeiro Faria de Guimarães, o primeiro presidente eleito da Associação Industrial Portuense cerca de duas décadas antes, em 1852. Na realidade, durante a década de 70 vão sair da Associação Comercial, enquanto plataforma de sociabilidade empresarial, várias iniciativas, sobretudo no campo das sociedades anónimas, não só na banca e nos seguros, mas também em fábricas têxteis e de outros sectores, sobretudo na fase em que um grupo de antigos emigrantes do Brasil assumir os principais lugares directivos, sob a

direcção do Conde de Silva Monteiro. As associações industriais desaparecem então, ficando a assegurar a sigla da Associação Industrial Portuense apenas a sua Caixa de Socorros.

Quando, em 1890, num clima já mais claramente favorável ao proteccionismo, a Associação Industrial Portuense renascer, pelo desencadear de uma estratégia de ocupação legal (inscrição em massa e convocação de eleições) por parte de um grupo de industriais em busca de uma sigla legalizada que lhes permitisse iniciar a luta por mais uma batalha pautal, o novo espírito será o da velha Associação Industrial do Porto e a mobilização parte mais uma vez dos industriais têxteis, particularmente dos algodoeiros. Por detrás do movimento está ainda o já envelhecido António da Silva Pereira de Magalhães, que catapulta para a direcção o seu filho Jacinto, agregando para as suas hostes nomes novos e que prometiam politicamente, como foi o caso notório de Oliveira Martins, que chegou a ser o representante da Associação na comissão das pautas.

5. CONCLUSÃO

A representação de interesses industriais no Porto, que o mesmo é dizer no Norte, passou por uma elevada conflitualidade e jogos de bastidores, onde as diferentes concepções e situações face ao processo produtivo se intersectavam com as clivagens do jogo político, dificultando uma afirmação própria.

Enquanto o grande comércio de importação/exportação, representado pela Associação Comercial do Porto, tinha uma relação privilegiada com o poder central, particularmente junto da corrente cartista, a que não era estranha a importância económica do vinho do Porto, os industriais, embora teoricamente cobertos por aquela Associação, mas alinhados inicialmente pelo setembrismo pautal, tiveram dificuldades de identificação e de associação. Se essas dificuldades podem correlacionar-se inicialmente com eventuais obstruções por parte das forças politicamente adversas, numa segunda fase a clivagem surge no seio industrial dada a grande e estrutural diferença entre o sector têxtil e os outros sectores, quer os tradicionais, de tipo artesanal, quer os novos, com outro tipo de exigências técnico-científicas, como era o caso das fundições.

É essa clivagem que, mobilizando novos e velhos protagonistas, produz a emergência das duas agremiações — a Associação Industrial Portuense, inicialmente direccionada para uma acção filantrópica e procurando satisfazer globalmente a classe industrial (industriais e «artistas»), e a Associação Industrial do Porto, virada exclusivamente para a função de representação,

ou seja, para o exercício de pressões junto do governo na defesa dos seus interesses específicos.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

- Arquivo do Ministério das Obras Públicas, *Documentação relativa à AIP*.
Associação Comercial do Porto, *Correspondência recebida avulsa*, 1834-1865.
Associação Comercial do Porto, *Livro de correspondência com as autoridades*, 1848-1854.
Associação Industrial Portuense, *Actas da direcção e das assembleias gerais*, 1852-1861.
Governo Civil do Porto, *Correspondência expedida, M. das Obras Públicas*, 1852-1860, n.ºs 879-880.
Governo Civil do Porto, *Correspondência expedida, M. do Reino*, 1849-1859, n.ºs 894-901.
Governo Civil do Porto, *Correspondência recebida avulsa*, 1834-1899, n.ºs M556-M787.

Fontes impressas

- A Voz do Operário*, 1853.
Eco Popular, 1852.
Jornal da Associação Industrial Portuense, 1852-1864.
Noticiador Commercial Portuense, 1836.
O Industrial Portuense, 1845-1846.
Revista Universal Lisbonense, 1849-1853.
Revolução de Setembro, 1849-1852.

Bibliografia

- ALVES, Jorge Fernandes, «Exposições industriais do Porto nos meados do século XIX», in *O Tripeiro*, 7.ª série, ano XIII, n.º 6, Junho de 1994, pp. 171-176.
ALVES, Jorge Fernandes, «Desagravar o rei ou a oportunidade política da exposição industrial de 1891», in *O Tripeiro*, 7.ª série, ano XIII, n.º 12, Dezembro de 1994, pp. 370-373.
ALVES, Jorge Fernandes, «Empresas e empresários do Norte de Portugal», in *O Tripeiro*, 7.ª série, ano XIV, n.º 1-2, Janeiro/Fevereiro de 1995, pp. 41-44.
ALVES, Jorge Fernandes, «A. Galo — o fascínio do telégrafo eléctrico», in *O Tripeiro*, 7.ª série, ano XIV, n.º 9, pp. 261-267.
ALVES, Jorge Fernandes, e VILELA, José Luís, *José Vitorino Damásio e a Telegrafia Eléctrica em Portugal*, Lisboa, Portugal Telecom, 1995.
BASTOS, Carlos, *Associação Comercial do Porto — Resumo Histórico da Sua Actividade até ao Ano das Comemorações Centenárias*, Porto, 1946.

- BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *Seis Estudos sobre o Liberalismo Português*, Lisboa, Estampa, 1991.
- DIAS, José Henrique Rodrigues, *José Ferreira Borges — Política e Economia*, Lisboa, INIC, 1988.
- JUSTINO, David, *A Formação do Espaço Económico Nacional — Portugal, 1810-1913*, 2 vols., Lisboa, Vega, 1988.
- JUSTINO, David, «Fontismo: o impossível livre-câmbio», in *Revista de História Económica e Social*, n.º 23, 1988, pp. 3-20.
- LAINS, Pedro, «O protecționismo em Portugal (1842-1913): um caso mal sucedido de industrialização 'concorrencial'», in *Análise Social*, n.º 97, 1987, pp. 481-504.
- LUCIANO, A., *A Exposição Industrial do Porto em 1861 — Impressões d'esta grande festa nacional*, Porto, 1861.
- MAGALHÃES, António da Silva Pereira, *O Protecționista e os Livre-Cambistas*, Porto, 1871.
- MAGALHÃES, Maria Madalena Allegro de, *A Indústria do Porto na Primeira Metade do Século XIX*, separata da *Revista da Faculdade de Letras — Geografia*, Porto, 1988.
- MENDES, José M. Amado, «Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX», in *Análise Social*, n.ºs 61-62, pp. 31-52.
- MÓNICA, Maria Filomena, *Artesãos e Operários*, Lisboa, ICS, 1986.
- PEREIRA, José Pacheco, «A origem do movimento operário no Porto: as associações mutualistas (1850-1870)», in *Análise Social*, n.º 65, 1981, pp. 135-151.
- SOUSA, Fernando de, e ALVES, Jorge Fernandes, *A Associação Industrial Portuense — Para a História do Associativismo Empresarial* (entregue para publicação).